



Processo nº: 891/99 (em quatro volumes)

Apensos nºs: 1.189/93 (em dois volumes e dois anexos) e 250.000.130/01 (dois volumes anexos)

Origem: Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP

Assunto: Tomada de Contas Especial

Órgão Técnico: 3ª ICE

MP: Procuradora MÁRCIA FARIAS

Advogado: Dr. Francisco de Faria Pereira (OAB-DF nº 263-A)

Publicação: Pauta dispensada (Res. 161/2003, art. 1º, inciso VI)

Ementa: Tomada de Contas Especial instaurada, por determinação do Tribunal, para apurar possíveis prejuízos no pagamento de indenizações de benfeitorias e na concessão de desconto de 8% sobre os imóveis dados em pagamento. Irregularidade das contas. Notificação dos responsáveis. Lavratura de acórdão para que os responsáveis recolham, de forma solidária, o total do débito (R\$ 177.777,66). A Instrução, às fls. 668/673, propôs a correção do acórdão exarado, com a elaboração de outros, específicos para cada processo de indenização. O Ministério Público, por meio do Parecer nº 1.322/08 (fls. 675), acolheu as proposições da Instrução. Posteriormente, a Instrução elaborou a Informação de fls. 686/691, sugerindo a exclusão da Srª. Inez Maria Santos de Sá Araújo do rol de responsáveis, por ser ela representante da União no Conselho de Administração da TERRACAP, não devendo, portanto, se submeter à competência desta Corte, conforme disposto no inciso VI, da Decisão nº 3.417/04-CRCC, exarada no Processo nº 704/93. O Ministério Público, dissentindo parcialmente da Instrução, opina pela elaboração de novos acórdãos com a inclusão da Srª. Inez Maria Santos de Sá Araújo, conforme sugestão anterior do Corpo Técnico. Superveniência da Decisão nº 3.366/09-CJC, exarada no Processo nº 81/2003. Semelhança das questões cuidadas nestes e naqueles autos. VOTO pelo sobrestamento deste Processo até a conclusão dos estudos sobre os institutos da prescrição e da decadência a serem empreendidos pela Comissão Permanente de Inspectores de Controle Externo – CICE, em atenção à Representação nº 01/2009 da lavra do Conselheiro JORGE CAETANO. Na Sessão de 6.8.09, o nobre Conselheiro RENATO RAINHA apresentou DECLARAÇÃO DE VOTO no sentido de se determinar a cientificação dos responsáveis para, querendo, apresentarem recurso contra a Decisão nº 3.606/08-APM. Vista dos autos concedida ao Ministério Público que informa ter protocolado recurso para



correção da falha apurada. Reabertura da discussão (RI, art. 64, §§ 1º e 6º). Distribuição antecipada do voto do Relator, da declaração de voto do Conselheiro RENATO RAINHA e do Parecer de vista do Ministério Público, na forma do art. 54, inciso II do RI. Prosseguimento do julgamento iniciado na S. O. nº 4276, de 6.8.09. VOTO: pelo retorno dos autos à 3ª ICE para exame do recurso do Ministério Público de Contas.

RELATÓRIO

Na S.O de 6 de agosto último, estando em substituição ao Conselheiro RONALDO COSTA COUTO apresentei o Relatório/Voto de fls. 98/106. Por economia material (de papel) a ele me reporto¹. No entanto, por julgar necessário, transcrevo o Voto então apresentado (fls. 701/706):

*“15. Ao dar início à execução da Decisão nº 3606/2008 – APM, de 24.6.2008, Acórdão nº 155/08, o Corpo Instrutivo constatou que nem todos os responsáveis indicados no referido Acórdão são, de fato, **responsáveis solidários** pelo montante do débito apurado (R\$ 177.777,66, em valores atualizados até 7.7.2005 – o débito originário é de 1992), conforme demonstrativo de fls. 245.*

*16. Segundo a instrução, a responsabilidade de cada um dos dirigentes da TERRACAP, à época, está relacionada a cada um dos 11 (onze) processos de desapropriação de que, de fato, participou e cujos beneficiários **(que não foram chamados aos autos)** estão relacionados às fls. 247.*

*17. A Instrução, em sua derradeira Informação (fls. 686/691), sugere ao Tribunal **tornar sem efeito o Acórdão nº 155/08** (fls. 666), com a edição de outros 11 (onze) acórdãos específicos para cada processo de indenização, conforme especifica às fls. 687/691.*

*18. Anota, ainda, que a Sr^a. Inez Maria Santos de Sá Araújo, representante da União no Conselho de Administração da TERRACAP, **deve ser excluída da condenação por não estar submetida à competência desta Corte, a teor do inciso VI, da Decisão nº 3.417/04-CRCC².***

¹ O Relatório encontra-se anexado Sistema de Acompanhamento Processual do TCDF (Decisão nº 4.725/09-CSPM, S.O. de 6.8.09)

² “VI - não conhecer das defesas apresentadas pelos Representantes da União no Conselho de Administração da TERRACAP, uma vez que não se encontram alcançados pela jurisdição deste Tribunal de Contas do Distrito Federal, nos termos do artigo 6º, VIII, da Lei Complementar nº 01/94”; (item VI, da Decisão nº 3.417/04-CRCC, exarada no Processo nº 704/93 constituído para examinar TCE instaurada pela TERRACAP, objetivando apurar responsabilidades pelo prejuízo causado em virtude da aplicação inadequada do redutor de 30% no valor de lotes dados em pagamento)



19. O Ministério Público (Dr^a. Márcia) opina pelo acolhimento das proposições da Instrução, com exceção da exclusão da Sr^a. Inez Maria Santos de Sá Araújo, em face do que tece as considerações seguintes:

“5. Em que pese o precedente citado, ressalva o Parquet seu particular entendimento, de que representante da União pertencente ao Conselho de Administração da jurisdicionada pode ser responsabilizado por força do artigo 71, inc. II e IV, da CF. Todos que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário distrital, devem responder pelo débito. Ademais, prevalecendo o precedente citado, podem os membros distritais arcar com a totalidade de eventual prejuízo resultante de proposta do representante federal.”

20. Com razão a douta Procuradoria-Geral pois o egrégio Supremo Tribunal Federal no Mandado de Segurança nº 24.423-2/DF, em 10.9.2008, assim decidiu:

“EMENTA: 1. TERRACAP. 2. Determinação de Tomada de Contas Especial pelo Tribunal de Contas da União. Suposta “grilagem” de terras. 3. Ato de decretação da indisponibilidade dos bens de dirigentes da TERRACAP. 4. Preliminar de decadência rejeitada. 5. Incompetência do TCU para a fiscalização da TERRACAP. Sociedade de economia mista sob controle acionário de ente da federação distinto da União. 6. Ordem deferida.”

21. **Data vênia** dos pareceres, não há como “tornar sem efeito o Acórdão nº 155/08” (fls. 666), com a edição de outros específicos para cada processo de indenização [em número de 11 (onze), conforme especificado às fls. 687/691], **sem rever** a Decisão nº 3606/08 – APM, de 24.6.2008, da qual esse Acórdão deriva. A teor do art. 70 do Regimento Interno, uma vez proclamado pelo Presidente o resultado da votação, este se torna definitivo, só podendo ser revisto mediante recurso próprio da(s) parte(s) ou do Ministério Público (segurança jurídica dos julgados da Corte).

22. Ao ver deste Relator, os erros procedimentais apontados na reinstrução dos autos: acórdão único, ao invés de acórdão individualizado para cada um dos 11 (onze) processos de indenização que constam dos autos e exclusão da representante da União no Conselho de Administração da TERRACAP, a teor do inciso VI da Decisão nº 3417/04 - CRCC, não são os únicos a macular este procedimento apuratório. O mais grave é que os verdadeiros beneficiados pelas indenizações tidas por irregulares – os desapropriados – **sequer foram chamados aos autos**. Usufruíram de vantagem tida por indevida por erro da Administração e apenas os servidores que deram causa a tais erros é que foram chamados a restituir o pretense indébito... com juros e atualização monetária de seu valor (desde 1992).

23. A esse propósito, registre-se que o não-chamamento dos verdadeiros beneficiados pela desapropriação (os concessionários das terras rurais públicas então retomadas para dar lugar ao novo bairro de Águas Claras) deixaram de sê-lo, conforme se infere da Decisão



nº 5390/05 – APM (fls. 323/324), **porque, à época, não estava pacificado o entendimento de se chamar aos autos terceiros interessados (não-servidores). Procedimento que só se cristalizou a partir da Decisão Administrativa nº 4/07 - ,CRCC, de 13.2.2007, no Processo nº 23630/06, e da Súmula Vinculante nº 3, do STF. Não basta, a esta altura, para o saneamento do processo, simplesmente incluí-los no bojo da condenação, pois jamais fizeram parte das apurações e, portanto, não exercitaram o contraditório e a ampla defesa constitucionais.**

24. A Corte, na Sessão realizada em 28.5.2009, ao examinar o Processo nº 81/2003³, acolhendo Voto do Conselheiro JORGE CAETANO, exarou a Decisão nº 3.366/2009⁴, para ordenar o sobrestamento do citado processo até a conclusão dos estudos, a serem procedidos pela CICE, em atenção à Representação nº 01/2009 da lavra do ilustre Relator. Esse trabalho terá por objeto a verificação da aplicação dos institutos da decadência e da prescrição, quanto à imputação de débito para a recomposição do erário e quanto à pretensão punitiva da Corte de Contas.

25. A mencionada Decisão nº 3.366/09-CJC foi exarada nos termos seguintes:

DECISÃO Nº 3366/2009

“O Tribunal, pelo voto de desempate do Senhor Presidente, proferido com base nos arts. 73 e 84, VI, do RI/TCDF, que acompanhou o voto do Relator, decidiu sobrestar a apreciação da matéria tratada nos autos, até a conclusão do estudo pela Comissão Permanente de Inspectores de Controle Externo – CICE, ficando assim, para outro momento, a análise das sugestões da instrução e do “Parquet”.

Presidiu a Sessão o Presidente, Conselheiro ÁVILA E SILVA. Votaram os Conselheiros RONALDO COSTACOUTO, MARLI VINHADELI, JORGE CAETANO, MANOEL DE ANDRADE, RENATO RAINHA e ANILCÉIA MACHADO. Participaram o Auditor PAIVA MARTINS e a representante do MPJTCDF Procuradora-Geral MÁRCIA FARIAS.”

26. O ilustre Conselheiro JORGE CAETANO, em sua bem lançada Representação nº 01/2009, discorre sobre as deliberações exaradas pela Corte acerca dos institutos da decadência e da prescrição e menciona que o Processo nº 497/02, no qual foi apreciado estudo a respeito “da aplicabilidade da Lei nº 9.784/99, recepcionada no Distrito Federal pela Lei nº 2.834/01, o entendimento fixado por meio da

³ O Processo nº 81/2003 analisa o resultado da Auditoria realizada na TERRACAP, objetivando verificar a regularidade da desapropriação de áreas de propriedade do DF, situadas no Núcleo Rural Sobradinho II, Colônia Agrícola do Governador (ou de Águas Claras) e Combinado Agroubano de Brasília – CAUB-I. Restaram identificados pagamentos indevidos de benfeitorias e de lucros cessantes.

⁴ Acompanharam o Relator (Cons. JORGE CAETANO) os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, ANILCÉIA MACHADO e o Presidente da Corte Conselheiro ÁVILA E SILVA que proferiu Voto de desempate. Ficaram vencidos os Conselheiros RENATO RAINHA, RONALDO COSTA COUTO e MARLI VINHADELI.



*Decisão nº 1675/2003 veio fortemente influenciado pela circunstância de que, na sua origem, derivou de recurso de reexame interposto contra decisão de ato de concessão". Acrescentou, ainda, que "esse viés decorreu do fato de que os atos de concessão e de admissão são atos complexos, **diferentes dos demais atos sob a fiscalização desta Corte de Contas**". (grifei)*

27. Prosseguindo, o Conselheiro JORGE CAETANO finaliza a Representação nº 01/2009, nos termos seguintes:

"Embora tenha acompanhado o posicionamento majoritário deste Plenário, ao longo desses anos, na apreciação dos processos citados, do exame que procedi mais recentemente, no âmbito dos Processos nºs 2125/03, em que se examina Representação do Parquet versando sobre possíveis irregularidades na doação de terrenos, pela TERRACAP ao Clube Sírio Libanês, e 81/03, onde se aprecia resultado de auditoria realizada na TERRACAP, objetivando verificar a regularidade da desapropriação de áreas de propriedade do Distrito Federal – que estou relatando nesta assentada -, voltei a enfrentar o tema da epígrafe.

No primeiro processo citado, este Plenário, pela Decisão nº 2762/2009, de 12.05.2009, dentre outras providências, resolveu:

"6) autorizar o retorno dos autos à 3ª ICE, para a adoção das providências necessárias, recomendando que, na próxima instrução, analise o impacto das novas regras da prescrição e da decadência sobre as matérias tratadas no processo, em especial quanto ao possível dano patrimonial ocorrido para a TERRACAP com a alienação do imóvel."

Nesta assentada, estou propondo o sobrestamento do Processo nº 81/03, em razão da Representação que ora submeto à apreciação deste Plenário, uma vez que se apreciam atos praticados nos anos de 1994.

Por outro lado, até o presente momento – lamentavelmente -, não foram editados a nova Lei Orgânica e o novo Regimento Interno desta Corte de Contas, atos normativos que poderiam disciplinar, adequadamente, a matéria.

Assim, entendo que este Plenário deva determinar à Comissão Permanente de Inspectores de Controle Externo - CICE que proceda - a partir dos estudos já realizados e dos posicionamentos já adotados, conforme mencionados nesta Representação, além de levantar as recentes doutrina e jurisprudência dos Tribunais de Contas e do Judiciário -, com a necessária urgência, a estudos abrangentes, em autos próprios, com vista à edição do competente ato normativo, de modo a consolidar o entendimento do Tribunal sobre a aplicação dos institutos da decadência e da prescrição, seja quanto à imputação de débito para a recomposição do Erário, seja quanto à pretensão punitiva desta Corte de Contas, visando melhor orientar os órgãos



jurisdicionados e evitar procedimentos de fiscalização antieconômicos.

Tal estudo e sua sugestão de normatização deverão compreender todos os aspectos procedimentais ligados a esses institutos, em especial a aplicação do conceito de dano quando envolver entidades da Administração Indireta regidas pelo Direito Privado, a responsabilidade dos herdeiros, a interrupção do prazo de prescrição e a natureza dos atos submetidos à fiscalização do Tribunal de Contas."

28. Semelhante ao mencionado Processo nº 81/2003, estes autos cuidam de TCE instaurada para examinar a ocorrência de prejuízo decorrente de pagamento de indenizações de benfeitorias voluptuárias, edificadas em imóveis desapropriados na Colônia Agrícola Governador (ou Águas Claras).

29. Dos fatos e acontecimentos examinados no bojo deste processo, pode-se, resumidamente, observar que:

a) as indenizações de que tratam os autos foram realizadas **no exercício de 1992** (fls. 157 do processo apenso), com infringência à Cláusula 6ª (sexta), c/c a Cláusula 10ª (décima), parágrafo segundo, e 5ª (quinta), parágrafo único, do contrato-padrão de concessão de uso de terras públicas no DF;

b) a presente Tomada de Contas Especial foi instaurada em atenção a Decisão nº 10311/98-CMS (conduzida pelo Conselheiro Maurílio Silva), **proferida em 8.12.1998**, no Processo nº 1.189/93 (fls. 3/4);

c) somente em **23.5.2002**, foi exarada pela Corte a Decisão nº 2.107/02-APM (fls. 79/80), que pela primeira vez deliberou acerca do resultado das apurações;

d) até a presente data (9.6.2009) não se chegou ao fim colimado, que é o ressarcimento do potencial prejuízo.

30. Portanto, os atos de indenizações questionados foram realizados há mais de 17 anos e a primeira deliberação da Corte acerca da instaurada TCE deu-se há mais de 7 anos.

31. Os estudos a serem desenvolvidos em atenção à Representação nº 01/2009, certamente terão influência sobre as apurações levadas a cabo nestes autos. Por essa razão, tenho como necessário o sobrestamento do presente processo até o deslinde dos mencionados estudos sobre os institutos da prescrição e da decadência a serem empreendidos pela Comissão Permanente de Inspectores de Controle Externo – CICE.

Em face do exposto, tendo em conta a deliberação contida na Decisão nº 3.366/09, VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. determine o sobrestamento dos autos até a conclusão dos estudos sobre os institutos da prescrição e da decadência a



serem empreendidos pela Comissão Permanente de Inspectores de Controle Externo – CICE, em atenção à Representação nº 01/2009 do Conselheiro JORGE CAETANO;

II. autorize o retorno dos autos à 3ª ICE para os fins devidos.”

2. Na mesma assentada, o Conselheiro RENATO RAINHA, dissentindo das minhas proposições, apresentou Declaração de Voto (fls. 707/709), nos termos seguintes:

“Quando da prolação da Decisão nº 3.366/2009, citada pelo ilustre Relator, para fundamentar seu voto pelo sobrestamento dos autos até o desfecho do processo que abrigou a Representação nº 01/2009, fiquei vencido, vez que, quanto aos institutos da decadência e da prescrição, entendo que deve prevalecer o que restou decidido nos autos do Processo nº 497/2002.

No tocante à questão levantada na Informação nº 103/2008 - 3ª ICE, de que “nem todos os responsáveis indicados no Acórdão nº 155/2008 são de fato responsáveis pelo montante do débito” (item 10 de fl. 698), entendo que estamos diante de “fatos novos”, o que permite o manejo de recurso, mesmo fora dos prazos previstos no Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal, conforme estabelece o § 3º do art. 188 do RI/TCDF.

Assim, entendo que aos responsáveis indicados no Acórdão nº 155/2008 deve ser dada ciência do teor da Informação nº 103/2008 - 3ª ICE, para que manejem, caso queiram, recurso que entenderem pertinente em relação à Decisão nº 3.606/2008, prolatada na Sessão Ordinária nº 4.178, de 24 de junho de 2008 (DODF de 10.07.2008).

Deixo de sugerir que se dê ciência da Informação nº 103/2008 - 3ª ICE ao Ministério Público de Contas, também legitimado para manejar recurso junto ao TCDF, vez que sua ilustre Procuradora-Geral acompanhou toda a discussão e votação da matéria.

*Isto posto e pedindo vênha ao ilustre Relator, Conselheiro-Substituto Paiva Martins, **VOTO** no sentido de que o egrégio Plenário determine que se dê ciência aos responsáveis nominados no Acórdão nº 155/2008 do teor da Informação nº 103/2008 - 3ª ICE para que, querendo, apresentem recurso em relação aos termos da Decisão nº 3.606/2008.”*

3. O Tribunal, acolhendo solicitação do Ministério Público, deferiu-lhe vista dos autos, exarando, para tanto, a Decisão nº 4.725/09 (fls. 710), **in verbis**:

DECISÃO Nº 4725/2009

“Havendo a representante do Ministério Público junto à Corte Procuradora-Geral MÁRCIA FARIAS pedido vista do processo, foi adiado o julgamento da matéria nele constante. O Conselheiro



RENATO RAINHA apresentou Declaração de Voto, com fundamento no art. 71 do RI/TCDF.

Presidiu a Sessão o Presidente, Conselheiro ÁVILA E SILVA. Votaram o Conselheiro RENATO RANHA e o Conselheiro-Substituto PAIVA MARTINS. Participaram a Conselheira MARLI VINHADELI, o Conselheiro JORGE CAETANO, a Conselheira ANILCÉIA MACHADO e a representante do MPJTCDF Procuradora-Geral MÁRCIA FARIAS. Ausentes os Conselheiros RONALDO COSTA COUTO e MANOEL DE ANDRADE."

4. A nobre Representante do Ministério Público, Dr^a. MÁRCIA FARIAS, "consignou ter protocolado o recurso para correção da falha apurada". O seu novo Parecer de nº 1.106/09 (fls. 711/712) possui o seguinte teor:

"Pedi vista dos autos para compulsá-los com o teor da discussão ocorrida na Sessão Ordinária n.º 4276, de 06/08/09, acerca da incorreção do Acórdão n.º 155/08 (fl. 666), uma vez que nem todos os indicados são responsáveis pelo valor total do débito.

2. Verifica-se que, nos autos, já havia o Ministério Público (Pareceres n.ºs 1322/08-MF – fl. 675 e 97/09-MF – fls. 694/5) ratificado sugestão do órgão técnico no sentido de corrigir o referido Acórdão, ex officio, nos termos colocados à fl. 673 da Informação n.º 103/08. Entende o Parquet, no caso concreto, possível tal procedimento, por tratar-se de Acórdão nulo, exarado sem fundamentação ou motivação que o sustente, ao arrepio dos princípios contidos nos incisos IX e X do artigo 93 da CF.

Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

(...)

IX - todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação;

X - as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros;

(...)

3. Há precedentes na c. Corte. No entanto, contraproducente citá-los, já que não foram acolhidos os pareceres anteriores nesse sentido. Dessa forma, torna-se solução mais eficaz, e de mesmo efeito, o quanto sugerido na discussão, ou seja, a interposição de recurso. Defende-se o



de revisão, por “insuficiência de documentos em que se tenha fundamentado a decisão recorrida” (art. 36, inc. II, da L.C. n.º 01/94), na medida em que a responsabilidade na forma atribuída no Acórdão não se sustenta em nenhum documento dos autos.

4. Sobre a exclusão da responsabilidade da Sra. Inez Maria de Santos Sá Araújo, cogitada pelo órgão técnico na última fase, reitera o Ministério Público o contido no Parecer n.º 97/09-MF, anterior, verbis (fls. 694/5):

“4. Provocado pelo Memorando n.º 17/08-Divisão de Acompanhamento/3ª ICE (fls. 679/83), nova Instrução foi elaborada (Informação n.º 173/08-3ª ICE/Acompanhamento – fls. 686/91), opinando pela exclusão de responsabilidade da Sra. Inez Maria Santos de Sá Araújo, por ser representante da União no Conselho de Administração da Terracap, tendo por fundamento o item IV da Decisão n.º 3417/04, que entendeu não estarem os representantes federais sob a jurisdição do TCDF, nos termos do artigo 6º, VIII, da L.C. n.º 01/94.

“5. Em que pese o precedente citado, ressalva o Parquet seu particular entendimento, de que representante da União pertencente ao Conselho de Administração da jurisdicionada pode ser responsabilizado por força do artigo 71, inc. II e IV, da CF. Todos que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário distrital, devem responder pelo débito. Ademais, prevalecendo o precedente citado, podem os membros distritais arcar com a totalidade de eventual prejuízo resultante de proposta do representante federal.”

5. Nesses termos, devolve o Ministério Público os autos ao Exmo. Relator, consignando ter protocolado o recurso para correção da falha apurada.”

5. Data vênua da nobre Procuradora-Geral sempre entendi que “decisão definitiva do Tribunal somente poderá ser alterada por recurso, nos termos da Lei Orgânica do TCDF”. É questão de “segurança jurídica” e já foi assentado na Corte com base na Representação nº 1/97-MF do douto Ministério Público de Contas materializada na Decisão nº 50/98 (Sessão Extraordinária Administrativa nº 281, de 15.12.1998), **in verbis**:

DECISÃO EXTRAORDINÁRIA ADMINISTRATIVA Nº 50/98

“O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, com a alteração do contido no item 1, apresentada pela Revisora, decidiu: I - tomar conhecimento da Representação nº 1/97, do Ministério Público junto à Corte; II - em obediência à Lei Complementar nº 01/94, determinar que: 1) sejam observados, em todos os processos de contas, os momentos de cientificação e notificação previstos na Lei Complementar nº 01/94, artigos 13, § 1º, e 26, respectivamente, salvo se não aplicáveis; 2) as certidões de quitação sejam a publicação da decisão definitiva no DODF, nos termos do artigo 24 da Lei Complementar nº 1/94, devendo essa decisão, ou acórdão, conter os seguintes elementos: a) no caso das contas regulares, com ressalva, a decisão deve conter explicitação



das impropriedades ou faltas identificadas e determinação de adoção de medidas necessárias a saná-las; b) no caso de contas irregulares, a decisão deve apontar a qual das alíneas do inciso III do artigo 17 subsume-se o caso e remeter-se a comprovação já efetuada no processo; 3) a decisão definitiva do Tribunal somente poderá ser alterada por recurso, nos termos da LO/TCDF, podendo o interessado, contudo, se pagar débito ou multa, receber certificado de quitação; III - autorizar o arquivamento do processo."

Com estes esclarecimentos, dado que o recurso de que se dá notícia já se encontra na 3ª ICE, conforme documento que juntei às fls. 713 (Ofício nº 125/09 - 3ª ICE), VOTO no sentido de que o Tribunal determine o retorno dos autos à 3ª ICE para o exame do recurso do douto Ministério Público, dando-se conhecimento aos responsáveis relacionados no Acórdão nº 155/08 de que, consoante Voto do Conselheiro RENATO RAINHA, querendo, apresentem recurso em relação aos termos da Decisão nº 3.606/2008.

Sala das Sessões, 10 de setembro de 2009.

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Conselheiro, em Substituição (CRCC)
Relator

Distribuição de cópias antecipadas (RI/TCDF, art. 54, II).